

Quarenta milhares de pessoas morreram durante a II Guerra Mundial. Um cálculo por alto afirma que casas destruídas, famílias desfalcadas, a produção dirigida apenas para a sustentação da briga sem intercâmbios, sem corralidade, sem nada além da luta pelos interesses imediatos.

Quanto ao Brasil, a estatística do sacrifício humano foi precisa: 1.899, incluindo expedicionários e vítimas dos navios afundados nas costas do País, episódio que estratégistas interpretaram como sinal de provável invasão de Hitler por uma Guiana, rumo ao Nordeste enfraquecido por miséria de seca e abandono.

Se tudo isso se extraia do conflito em fase final, o Brasil amanhecia para reestruturar suas instituições do Governo, após o pesadelo do Estado Novo, no qual liberdades fundamentais e direitos humanos foram sotopostos ao arbitrio totalitário.

Os políticos cuidavam de organizar seus partidos. E as classes produtoras apressaram-se em atender ao chamado da Associação Comercial do Rio de Janeiro e da Federação das Associações Comerciais do Brasil para um encontro decisivo na cidade de Teresópolis. Lá, cerca de 800 figuras da Agricultura, da Indústria e do Comércio se dedicaram à análise da situação, compondo o diagnóstico substancial da Carta de Princípios a ser lançada, definindo problemas e oferecendo soluções, tudo embasado na interdependência do capital e do trabalho.

Cinco pontos constituiram nos objetivos do documento: 1º) Combate ao pauperismo, mediante valorização do homem e criação de condições econômicas mais propícias ao desenvolvimento geral do País. 2º) Aumento da Renda Nacional, sob planejamento da ação nacional para melhor aproveitamento das fontes da produção agrícola e industrial, e nos setores de transportes, da energia e do crédito. 3º) Desenvolvimento das forças econômicas, harmoniosamente, visando à industrialização. 4º) Democracia econômica, verdadeira, em correspondência à democracia política, "que é a vocação dos brasileiros". 5º) Justiça Social, vinculando-se mais e empregados e empregadores e estabelecendo-se reciproca troca de responsabilidades, a justa divisão de direitos e deveres, e crescente participação de todos na riqueza comum.

Testemunhou-se, logo, em campanhas presidenciais, a inclusão desses postulados nas plataformas dos candidatos. O planejamento igualmente passou a constar dos hábitos governamentais, estreando o Sr. Milton Campos, ao empousar-se em Minas Gerais, com um exemplar "Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção", no ano de 1947.

Princípios declarados

Já experimentava o Brasil flagrante avanço da estatização, a par de um dirigismo econômico sob custódia da guerra. Os de Teresópolis recomendavam "a extinção, pronta ou gradual, de todos os órgãos criados em virtude do estado de guerra, e que não fossem essenciais ao reajustamento às condições do período de após-guerra, e bem assim a revogação das leis de emergência, de preparar o País para a volta à normalização da paz". A rápida extinção da Coordenação da Mobilização Econômica foi particularmente encarecida. Mas essa parte ficou sem resposta do Governo. A Coordenação virou CCP - Comissão Central de Preços, que virou Cofap - Comissão Federal de Abastecimento e Preços, que virou Sunab - isso que afinal está para provar que não é a troca de nome que a ineficácia.

Sublinhou-se no capítulo da Ordem Econômica o empenho de se fundá-la no princípio da liberdade e no primado da iniciativa privada, admitindo-se a interferência do Estado apenas em certos limites. "Ao Estado - lá disse -, caberá uma adequada ação supletiva, extensiva ao cam-

po social, sempre que os empreendimentos necessários ultrapassem o poder, a capacidade ou a conveniência iniciativa privada. "Nos casos de ação direta, o Estado ouvirá previamente as classes interessadas, dando-se "ao capital particular participação no investimento e na direção".

Semente da reforma agrária
A exploração da terra ocupou a atenção dos conferencistas. Ligando o assunto à ampliação da rede viária para atender aos transportes, os signatários da Carta esboçaram uma reforma a ser fixada em plano global, abrangendo cooperativismo, embora sem caráter obrigatório, já que a exploração agrícola se fazia sob regime de pequena propriedade. Descentralizar as indústrias de produtos agrícolas pertenceu ao elenco de indicações, dentre as quais, além das de natureza técnica, alinharam-se a da abolição de qualquer imposto ou taxa sobre a exportação, assim como a de barreiras fiscais entre Estados e municípios.

À época, valeu também a evidência de pesquisas agro-nómicas e tecnológicas de nossas matérias-primas e a industrialização dos produtos agrícolas, cujos resultados incidiram na valorização do trabalho rural e na prevenção de crises peródicas.

Recorda-se que a 8 de março de 1945 os Aliados convencionaram, em Chapultepec, uma política de comércio para produtos primários, impeditiva de excedentes economicamente prejudiciais. O remédio: convênios entre países produtores e consumidores, abertos a outros interessados. Isso não escapou à Carta de Teresópolis, que fixou: "O Brasil deve tomar parte

na redistribuição internacional de sua matérias-primas e gêneros alimentícios". A par da industrialização, claro.

Energia, transportes

É possível que o apelo ao gasogênio tivesse alertado os conferencistas para a gravidade da escassez futura do petróleo, como, aliás, aconteceu na década de 70. Por isso, e até nisso, deram prova de acuidade, recomendando estímulo à produção do álcool-motor, com base nas culturas vegetais, e financiadas as instalações nacionais nas zonas produtoras, onde os carburantes chegam a alto preço. (Pelo visto, o Proálcool ai encheu seu tanque).

Então, o petróleo era simplesmente notícia do drama de Monteiro Lobato, até hoje sem homenagem pela Petrobrás. Então, nada restava fora da audácia de se reclamarem prospecções e perfurações de poços para sua descoberta, aconselhando-se o amparo à iniciativa particular, admitindo-se a cooperação de técnicos e capitais estrangeiros para se atingir o objetivo.

No tocante à energia elétrica, consideravam premente o aproveitamento das fontes naturais, seu fornecimento a baixo preço à população e às indústrias, modificando-se dispositivo de lei para facilitar a criação ou o aumento do suprimento com a aplicação de capitais estrangeiros, e permitidas instalações com potência reduzida, independentemente de autorização.

Sem se esquecer do carvão nacional industrializável, outro subsídio saltou dos princípios: o de drenar para a construção e conservação de rodovias, em maior proporção para Estados e Municípios do que para a União, todo imposto cobrado sobre combustíveis e lubrificantes.

Agora, muitas dessas colocações podem parecer ilógicas. Mas foram reivindicatórias nos idos de 40, no Brasil com menos de 50 milhões de habitantes, agrupados no litoral e com vazios no interior beirando a desolação. Como apêndice à abertura de portos e bolsas de fretes, alvitrou-se um Plano Geral de Transportes, o aéreo no contexto, apesar de os aviões maiores se resumirem no tamanho do legendário DC-3.

Indústria, minérios, investimentos

Se uma infra-estrutura era pedida, pediu-se apoio ao proces-

O dia em que a guerra acabou e as classes produtoras falaram

José Asmar



João Daudt; comércio em Confederação

Um documento com a fórmula para o futuro

Um dia — um só dia, 6 de maio de 1945 — antes do fim da II Guerra Mundial, com a rendição declarada em Reims, representantes da Agricultura, Indústria e do Comércio emitiam a Carta de Teresópolis, um dos documentos mais sérios e de maior conteúdo já concebidos neste País, então compelido a rever sua estrutura nacional de modo a integrar-se no mundo novo a organizar-se em cima dos escombros da Europa, Ásia e África, onde a beligerância teve palco e fogo direto. Logo mais, não restavam dúvidas, o Japão capitularia ao castigo da bomba atômica, que em

questão de datas contribuiu também para o mau agouro de agosto, convertendo Hiroshima, dia 6, e Nagasaki, dia 9, em fornos cheios de cinzas humanas.

Agora, quando a Constituinte introduziu no País fórmulas que até nações socialistas refugam é oportuno reconsiderar o texto daquela Carta, pouco citada quanto ignorada inclusive

pelas classes produtoras sem tirar nem por, o melhor exemplo de ideias realistas e compatíveis com a vocação brasileira têm uso e fôlego além dos avanços e progressismos da moda — e para trás. Eis dez itens só no decurso de vinte anos materializados:

- Banco Central do Brasil;
- Ministério de Minas e Energia;
- Secretaria do Planejamento e Coordenação (lá mencionada pelos objetivos, como Ministério da Economia reclamado depois);
- Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES;
- Conselhos Nacionais e Regionais de Contribuintes;
- Embratur

— Empresa Brasileira de Turismo;

- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- Assistência Social;
- Álcool-motor (o apelo ao gasogênio advertia sobre a necessidade da alternativa energética) e
- Porto Franco.

Enquanto a Carta Magna do País está sendo refeita, com fórmulas que até nações socialistas refugam, é oportuno rever o texto da Carta de Teresópolis

so da industrialização, destinando-se as indústrias-chave e estratégicas ao Estado que, por sua vez, deveria dar cabal cobertura à empresa privada, desde o aperfeiçoamento técnico à elaboração de normas técnicas nacionais, na padronização dimensional das máquinas, ferramentas e peças, nas matérias-primas e, inclusive, nos produtos acabados. Que se concedam bolsas de estudo a engenheiros, condutores de trabalhos, mestres e operários especializados, no País e no exterior. No curso de tudo, o regime de livre concorrência teria de ser preservado, impedindo-se cartéis ou quaisquer formas restritivas à oferta ou embargo à produção e seu comércio. Com vistas à diversificação da pauta de exportações, advertiu-se sobre dumping e assinalou-se "a necessidade de tornar exequível a prática do draw-back no caso de produtos industriais".

Com atenção às indústrias de base - Volta Redonda começava a alicerçar a idéia com aço -, so-

licitando condições para que as de transformação crescessem capacitadas a competir com as estrangeiras, a Carta adiantou-se e reclamou o Ministério de Minas e Energia, que só ao cabo de mais de dez anos surgiu, desdobrado de subórgãos do Ministério da Agricultura, que mal podia com a própria.

O capital estrangeiro fosse benvindo, pois não, produtivo e a par de crédito a longo prazo e emissão de debêntures, favorecendo a difusão de Bolsas de Valores, com a colaboração dos Governos estaduais. O capital nacional deveria participar do estrangeiro, com a cooperação ativa dos brasileiros na administração superior das empresas.

Portos fracos

Conquista de mercado externo revelou-se com a recomendação para abrir-se portos fracos aqui e fora. A liberdade do comércio não poderia ser sacrificada e reconheceu-se o fato

de as formas monopolísticas contribuirem para melhor aproveitamento técnico, apesar de muitas vezes se tornarem nocivas ao equilíbrio social. Por isso, ter-se-ia de exercer fiscalização metódica, a fim de impedir limitações de comércio a ponto de danificar a concorrência - resultando em elevação de preços, prejudicando ao desenvolvimento econômico e à segurança nacional.

Deveriam ser extintos os Institutos ou quaisquer autarquias interferentes na economia. O comércio internacional, bafejado por incentivos, nunca se distanciaria dos interesses do comércio nacional. Sobre o café e o algodão - como nos resumimos! - passar-se-ia a cuidar da exportação de produtos beneficiados.

Porém, falhou a advertência sobre a aplicação do saldo substancial em divisas estrangeiras, oriundo dos anos de redução de nossas importações por imposição da guerra. Catastrophe de ar-

tigos supérfluos vieram, na reabertura das compras de Paz.

BC e mais crédito

Sem moeda estável, sem organização bancária capaz de criar ambiente propício à regulamentação, difusão e ampliação do crédito interno, sem uma sadia política tributária, não poderia haver economia desenvolvida - escreveu-se. Contenções de despesas e cambiais de exportação incidiram no instrumento sugerido: o Banco Central, sem fio de lucro, suprema e única autoridade para superintender a moeda, o crédito e o câmbio. Representantes das classes produtoras, do Banco do Brasil e dos bancos particulares componham sua direção.

Em matéria de banco, pediu-se ainda: bancos hipotecários e de crédito rural, bem como bancos de crédito industrial específico, ou seja, certamente o futuro Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, com raízes na Conferência que os Aliados mantiveram em Bretton Woods.

Abordando-se a política tributária, numa época em que a multa rendia dinheiro a quem multava, e, portanto, quanto mais multasse mais rico ficaria com a arma do Estado, reivindicou-se alívio tributário, visando a elevar o interesse econômico, concedendo-se ao contribuinte recurso orientador antes do punitivo. Para racionalizar o sistema, Conselhos Regionais de Contribuintes acelerariam julgamento de questões fiscais da União, dos Estados e dos Municípios, vinculados a um Conselho Nacional.

Fundo de Garantia

Não se menciona, explicitamente, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Mas o fundamento foi o seguinte: "Os empregadores devem constituir fundos de reserva especiais, a fim de fazerem face aos encargos impostos pelas leis sociais, garantindo também aos empregados melhor execução dessas leis". Acrescentaram a vantagem de férias coletivas, para o que se instalariam colônias, como a colaboração dos sindicatos, Institutos de seguro social, empresas e outras entidades. A Carta da Paz Social, que a 10 de janeiro seria liberada pela voz de João Daudt D'Oliveira, ao empossar-se como primeiro presidente da Confederação Nacional do Comércio, instituiria o Sesc — Serviço Social do Comércio, alinhando-se ao Sesi, da indústria, ficando a formação profissional a cargo do Senac e Senai, em decorrência do mesmo espírito.

Em seus dez capítulos, com cem itens, o monumental documento abrangeu o painel dos problemas nacionais, até o povoamento, então evidente com a iminência de imigrantes, corredores de seus países batidos pelas bombas e mutilados em suas cidades e em suas famílias.

E no rol de medidas acessórias, há o esboço da Embratur — Empresa Brasileira de Turismo, só concretizada nos anos 60: "O fomento do turismo por meio de um órgão nacional que estimule e auxilie o seu desenvolvimento, devendo o referido órgão resultar, se possível, da transformação de outro existente".

E daí?

Está ai um trabalho espetacular das Classes Produtoras. Pois hoje, com escala completa no plano sindical, percebe-se nitido descompasso no concurso para reciclagem crítica e de soluções. Quem sabe se o fato de o Presidente da República receber e atender representações estaduais de empregadores e empregados estaria dando troco à omisão dos órgãos nacionais? Também, dirimindo questões de capital e trabalho com a dispensa de seu Ministro do Trabalho?

Mudou o Brasil. Mudaram os dirigentes. Será que mudaram para um endereço no qual reeditou outra Carta que nem seja de Teresópolis, mas que seja compatível com razoável projeção do País?